

# ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DAS INTERNAÇÕES POR FARINGITE AGUDA E AMIGDALITE AGUDA EM CRIANÇAS DE ATÉ 9 ANOS NO BRASIL, ENTRE 2019 E 2023

Breno Douglas Morais de Sousa<sup>1</sup>, Thaisa Calil Carneiro Fontes<sup>1</sup>, Nathália Ferreira Nunes<sup>1</sup>, Débora de Castro Rocha Wandermurem<sup>1</sup>, Maria Eduarda Rodrigues Carvalho<sup>2</sup>, Cláudia Cordeiro Guerra<sup>3</sup>, Júlia Agnes Cordeiro Guerra<sup>3</sup>, Wilk Correia de Moura Silva<sup>4</sup>, Otávio Silva do Canto<sup>5</sup>, Thais Bethania Moreira Cunha Calixto<sup>6</sup>.

## ARTIGO ORIGINAL

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A faringite aguda e a amigdalite aguda são infecções respiratórias comuns em crianças, caracterizadas por inflamação da faringe e das amígdalas, respectivamente. Essas condições podem ser causadas por vírus ou bactérias e frequentemente resultam em hospitalizações devido ao risco de complicações. **OBJETIVO:** Este estudo visa quantificar e analisar as taxas de internações por faringite e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil. **METODOLOGIA:** O estudo retrospectivo com abordagem quantitativa utilizou dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), fornecidos pelo Departamento de Informática do SUS (TABNET/DATASUS). A análise abrangeu internações por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, empregando estatística descritiva e tabulação em planilhas do Microsoft Excel 2016 e Microsoft Word 10. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os dados revelam uma redução nas internações por faringite aguda e amigdalite aguda em 2020, com 3.066 casos, refletindo o impacto das medidas de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19. A partir de 2021, as internações aumentaram progressivamente, alcançando 6.510 em 2023. A Região Nordeste apresentou o maior número de casos ao longo do período, destacando desigualdades no acesso à saúde. O retorno das atividades presenciais contribuiu para o aumento das hospitalizações, especialmente nas regiões mais vulneráveis. **CONCLUSÃO:** Em conclusão, os dados de internações por faringite aguda e amigdalite aguda entre 2019 e 2023 destacam o impacto da pandemia e as desigualdades regionais no Brasil. A análise evidencia a necessidade urgente de estratégias de saúde pública focadas na prevenção, ampliação da cobertura vacinal e melhoria no acesso ao atendimento, especialmente nas regiões mais vulneráveis e nas faixas etárias mais afetadas.

**Palavras-chave:** Faringite aguda, Amigdalite aguda, Internações, Saúde infantil, Epidemiologia.

# EPIDEMIOLOGICAL ANALYSIS OF HOSPITALIZATIONS FOR ACUTE PHARYNGITIS AND ACUTE TONSILLITIS IN CHILDREN UP TO 9 YEARS OLD IN BRAZIL, BETWEEN 2019 AND 2023

## ABSTRACT

**INTRODUCTION:** Acute pharyngitis and acute tonsillitis are common respiratory infections in children, characterized by inflammation of the pharynx and tonsils, respectively. These conditions can be caused by viruses or bacteria and often result in hospitalizations due to the risk of complications. **OBJECTIVE:** This study aims to quantify and analyze the rates of hospitalizations for pharyngitis and acute tonsillitis in children up to 9 years of age in Brazil. **METHODOLOGY:** This retrospective study with a quantitative approach used data from the Hospital Information System of the Brazilian Unified Health System (SIH/SUS), provided by the Department of Information Technology of the Brazilian Unified Health System (TABNET/DATASUS). The analysis covered hospitalizations for acute pharyngitis and acute tonsillitis in children up to 9 years of age in Brazil from January 2019 to December 2023, using descriptive statistics and tabulation in Microsoft Excel 2016 and Microsoft Word 10 spreadsheets. **RESULTS AND DISCUSSION:** The data reveal a reduction in hospitalizations for acute pharyngitis and acute tonsillitis in 2020, with 3,066 cases, reflecting the impact of social distancing measures during the COVID-19 pandemic. From 2021 onwards, hospitalizations increased progressively, reaching 6,510 in 2023. The Northeast region had the highest number of cases throughout the period, highlighting inequalities in access to health care. The return of in-person activities contributed to the increase in hospitalizations, especially in the most vulnerable regions. **CONCLUSION:** In conclusion, the data on hospitalizations for acute pharyngitis and acute tonsillitis between 2019 and 2023 highlight the impact of the pandemic and regional inequalities in Brazil. The analysis highlights the urgent need for public health strategies focused on prevention, expanding vaccination coverage, and improving access to care, especially in the most vulnerable regions and the most affected age groups.

**Keywords:** Acute pharyngitis, Acute tonsillitis, Hospitalizations, Child health, Epidemiology.

**Instituição afiliada** – <sup>1</sup>Médico residente em Pediatria pelo Hospital Naval Marcílio Dias, Rio de Janeiro, Brasil; <sup>2</sup>Graduanda em Medicina pelo IMEPAC, Araguari, Brasil; <sup>3</sup>Graduanda em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas do Pará, Marabá, Brasil; <sup>4</sup>Graduando em Medicina pela FAMETRO, Manaus, Brasil; <sup>5</sup>Médico residente em Pediatria pelo Hospital Miguel Couto, Rio de Janeiro, Brasil, <sup>6</sup>Faculdade de Medicina de Petrópolis.

**Dados da publicação:** Artigo publicado em Dezembro de 2024

**DOI:** <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i2.291>

**Autor correspondente:** Breno Douglas Morais de Sousa

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## 1 INTRODUÇÃO

As infecções de vias aéreas superiores são responsáveis por uma elevada carga de morbidade entre crianças, especialmente nos primeiros anos de vida. Dentro desse espectro, a faringite aguda e a amigdalite aguda destacam-se como condições frequentes, muitas vezes inter-relacionadas e com potenciais complicações que vão além do desconforto imediato. Essas doenças podem ser causadas por diferentes agentes etiológicos, incluindo vírus e bactérias, sendo o *Streptococcus pyogenes* (estreptococo beta-hemolítico do grupo A) o principal agente bacteriano envolvido (Fracassi et al., 2022; Nabarro et al., 2022).

A faringite aguda é caracterizada por uma inflamação da mucosa da faringe, manifestando-se frequentemente com dor de garganta, febre e outros sintomas sistêmicos, como cefaleia e fadiga. Já a amigdalite aguda, embora muitas vezes associada à faringite, refere-se à inflamação das tonsilas palatinas, podendo apresentar sinais locais como aumento do volume das amígdalas, eritema e presença de exsudatos. Em crianças de até 9 anos, essas infecções representam uma das principais razões para consultas pediátricas e administração de antibióticos, além de serem causa comum de hospitalizações devido a complicações ou dificuldade de manejo ambulatorial (Barbosa; Cardoso, 2020).

A vulnerabilidade das crianças nessa faixa etária é explicada por diversos fatores, como a imaturidade do sistema imunológico, o maior contato em ambientes escolares e creches, e a dificuldade em relatar adequadamente os sintomas, o que pode atrasar o diagnóstico. As internações hospitalares, embora não sejam o desfecho mais frequente, podem ocorrer em casos de complicações, como abscessos periamigdalianos, celulite cervical e, mais raramente, febre reumática e glomerulonefrite pós-estreptocócica (Ejzenberg, 2005).

No Brasil, as características socioeconômicas e regionais desempenham um papel crucial na epidemiologia dessas doenças. Diferenças no acesso aos serviços de saúde, na disponibilidade de antibióticos e na implementação de programas de

prevenção influenciam diretamente os desfechos clínicos. Além disso, a alta prevalência de fatores ambientais, como condições de saneamento básico precárias e exposição a aglomerações, pode aumentar a taxa de transmissão de agentes infecciosos (Oliveira et al., 2023).

Os dados epidemiológicos sobre faringite aguda e amigdalite aguda em crianças são fundamentais para orientar intervenções em saúde pública. Informações sobre a frequência de internações, sazonalidade, distribuição geográfica e impacto econômico permitem não apenas compreender a magnitude do problema, mas também desenvolver políticas de saúde mais eficazes. No contexto pediátrico, intervenções precoces são essenciais para evitar complicações, reduzir hospitalizações e melhorar a qualidade de vida das crianças (Sousa et al., 2024).

Este estudo tem como objetivo realizar uma análise epidemiológica detalhada das internações hospitalares por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil. Serão explorados os padrões epidemiológicos dessas condições, incluindo distribuição temporal, regional e fatores associados. A análise desses padrões epidemiológicos é essencial para a formulação de estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado, com o objetivo de diminuir a incidência de complicações graves e aliviar a sobrecarga no sistema de saúde. Além disso, essa abordagem pode subsidiar o aprimoramento das políticas públicas de saúde, possibilitando intervenções mais específicas e efetivas voltadas para a população brasileira (Souza et al., 2017).

## 2 METODOLOGIA

O presente artigo é um estudo retrospectivo com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários coletados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SIH/DATASUS). A pesquisa analisa o perfil quantitativo da faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023. Utilizando dados disponibilizados pelo DATASUS, a análise foi realizada com informações obtidas através da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, décima edição (CID-10), focando especificamente em

faringite aguda e amigdalite aguda conforme listadas na Lista Morb CID-10. A coleta de dados, baseada no CID-10, forneceu informações sobre internações, que foram selecionadas de acordo com os critérios de inclusão e exclusão definidos para esta pesquisa.

Foram incluídos dados quantitativos sobre internações por faringite aguda e amigdalite aguda em indivíduos de até 9 anos, abrangendo diferentes regiões do Brasil no período de 2019 a 2023. A análise considerou aspectos relacionados ao perfil de acometimento, incluindo todas as faixas etárias dentro do limite estabelecido, etnias, sexos e o ano de processamento dos dados. Dados que não foram obtidos com base na classificação CID-10 foram excluídos, sendo selecionadas apenas informações específicas às condições mencionadas, conforme especificado na Lista Morb CID-10.

Os dados coletados para a pesquisa foram selecionados conforme os critérios definidos no estudo e organizados em tabelas para facilitar a comparação das quantidades de internações por regiões do Brasil. A análise e organização dos dados foram realizadas utilizando o Microsoft Excel 2016, e as tabelas resultantes foram apresentadas no Microsoft Word 2010.

Por se tratar de uma análise de dados secundários e quantitativos, que não permitem a identificação dos indivíduos e são de acesso público na internet, este estudo não foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 510/2016.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela a seguir apresenta os dados sobre as internações por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil, entre 2019 e 2023, organizados por região. Esse levantamento abrange as cinco grandes regiões do país, permitindo uma análise das tendências de hospitalizações e ajudando na formulação de políticas públicas de saúde mais eficazes, adequadas às realidades regionais. A análise também permite identificar padrões de morbidade e as regiões mais afetadas, facilitando o direcionamento de estratégias preventivas e de tratamento (BRASIL, 2024).

**Tabela.** Internações por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9

anos no Brasil entre o período de Janeiro/2019 e dezembro/2023 por regiões do Brasil.

Ano processamento	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Total
2019	1.031	3.101	1.623	773	741	<b>7.269</b>
2020	513	1.225	669	310	349	<b>3.066</b>
2021	562	1.297	646	232	355	<b>3.092</b>
2022	865	2.508	1.481	512	769	<b>6.135</b>
2023	1.045	2.892	1.274	534	765	<b>6.510</b>
<b>Total</b>	<b>4.016</b>	<b>11.023</b>	<b>5.693</b>	<b>2.361</b>	<b>2.979</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

A partir dos dados apresentados, é possível observar a evolução das internações por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças nos últimos cinco anos. O número total de internações variou de 7.269 casos em 2019 para 6.510 em 2023, refletindo mudanças nas condições de saúde pública, o impacto da pandemia de COVID-19 e as diferentes realidades de cada região. A Região Nordeste apresentou o maior número de internações ao longo do período, seguida pela Região Sudeste, enquanto a Região Sul e Centro-Oeste apresentaram números relativamente mais baixos (BRASIL, 2024).

No ano de 2019, observa-se o maior número de internações por faringite aguda e amigdalite aguda no período analisado, com um total de 7.269 casos em todo o Brasil. Esse aumento pode ser atribuído a diversos fatores, como a alta circulação de agentes infecciosos respiratórios comuns, como os vírus respiratórios sinciciais e os estreptococos, que afetam principalmente as crianças, cujos sistemas imunológicos ainda estão em desenvolvimento e são mais suscetíveis a complicações. As infecções respiratórias, em particular as que envolvem a garganta e as amígdalas, são comuns nessa faixa etária, especialmente durante os períodos de maior circulação de vírus, como as mudanças de estação. Além disso, a Região Nordeste foi a mais afetada, com 3.101 internações, o que pode estar relacionado a fatores socioeconômicos que dificultam o acesso rápido ao diagnóstico e ao tratamento adequado. A desigualdade no acesso à saúde é um fator relevante, pois em muitas áreas dessa região as unidades de saúde enfrentam dificuldades no atendimento e, por vezes, há uma demora no encaminhamento de pacientes para tratamentos especializados. Além disso, as condições precárias de saneamento básico e a maior aglomeração populacional podem

ter favorecido a disseminação das infecções respiratórias. A pobreza e o acesso limitado a serviços de saúde de qualidade têm sido identificados como determinantes sociais de saúde importantes na Região Nordeste, o que contribui para as altas taxas de hospitalização (Siqueira *et al.*, 2023).

Embora a Região Sudeste tenha registrado 1.623 internações e a Região Norte 1.031, esses números também são elevados, o que pode refletir a alta densidade populacional nas áreas urbanas dessas regiões. As grandes concentrações populacionais nas capitais e nas cidades com maiores índices de urbanização facilitam a propagação de infecções respiratórias, uma vez que crianças em idade escolar e em ambientes coletivos estão mais expostas aos agentes patogênicos. Além disso, a infraestrutura de saúde na Região Sudeste, embora mais avançada em relação a outras regiões, ainda enfrenta desafios de atendimento em algumas áreas periféricas e em cidades menores. A Região Norte, com suas características geográficas e sociais, pode enfrentar dificuldades no transporte e no acesso a serviços especializados, o que pode contribuir para o aumento de hospitalizações por condições que poderiam ser tratadas de forma mais eficiente em estágios iniciais (Oliveira *et al.*, 2023; Garnelo *et al.*, 2018).

Por outro lado, as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram números mais baixos de internações (773 e 741, respectivamente), o que sugere que a infraestrutura de saúde mais consolidada e melhores índices de saneamento básico nessas regiões podem ter contribuído para o controle mais eficaz das infecções respiratórias. A Região Sul, por exemplo, possui uma rede de serviços de saúde mais estruturada, além de um perfil demográfico e social que facilita o acesso a tratamentos médicos e a educação em saúde. A cobertura vacinal e as campanhas de prevenção também têm sido mais efetivas, reduzindo a circulação de vírus que causam essas doenças. Na Região Centro-Oeste, apesar de ser uma região com características diversificadas, o desenvolvimento das cidades e a distribuição dos serviços de saúde podem ter ajudado a conter o aumento de hospitalizações por doenças respiratórias. Esses dados ressaltam a importância de se adotar estratégias de controle e prevenção adaptadas às realidades locais de cada região do Brasil, considerando não apenas os fatores epidemiológicos, mas também os aspectos sociais e econômicos que influenciam diretamente a saúde da população. O planejamento de políticas públicas direcionadas, que levem em conta essas especificidades regionais, é fundamental para reduzir a morbidade e as

internações hospitalares por faringite aguda e amigdalite aguda (Fracassi *et al.*, 2022).

Em 2020, observou-se uma diminuição significativa no número de internações por faringite aguda e amigdalite aguda, que caiu para 3.066 casos, um valor consideravelmente inferior ao de 2019. Essa redução pode ser explicada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, que impactaram profundamente o comportamento das famílias, a organização dos serviços de saúde e as dinâmicas sociais e econômicas no Brasil. Com a implementação de medidas rigorosas de distanciamento social, fechamento de escolas, suspensão de atividades sociais e restrições ao transporte público, houve uma diminuição da exposição das crianças a ambientes de aglomeração, como escolas, festas e espaços públicos. Esse fator foi crucial para reduzir a propagação de patógenos causadores de doenças respiratórias, como vírus e bactérias, que se disseminam com maior facilidade em locais de grande concentração de pessoas. As infecções respiratórias, que são comuns em crianças, se viram menos prevalentes em um cenário onde as interações sociais e a mobilidade foram severamente restringidas (Oliveira *et al.*, 2023; Costa *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a Região Nordeste, que havia registrado o maior número de internações em 2019, apresentou uma queda considerável, passando de 3.101 para 1.225 internações em 2020. Esse fenômeno também foi observado em outras regiões do Brasil, como na Região Norte, onde o número de internações foi reduzido para 513, o que representou uma diminuição significativa em relação aos 1.031 casos de 2019. Essa redução, além da diminuição na exposição das crianças a ambientes coletivos, pode ser atribuída também à diminuição da busca por atendimento médico devido ao medo generalizado de contaminação pelo coronavírus. Muitas famílias hesitaram em levar seus filhos aos hospitais ou unidades de saúde, temendo a exposição ao vírus. Esse fator, aliado ao fechamento de serviços não relacionados diretamente ao tratamento de COVID-19, resultou em um menor número de atendimentos para outras doenças respiratórias (Costa *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2017).

Ademais, as políticas de contenção da pandemia, como o fechamento de escolas e a promoção de quarentenas, impactaram diretamente as infecções respiratórias comuns, ao limitar a circulação dos agentes patogênicos. A menor circulação de vírus como os rinovírus, adenovírus e vírus respiratório sincicial, que são causas comuns de



faringite e amigdalite, resultou em uma significativa redução das internações. Contudo, embora esse cenário tenha sido positivo em termos de redução da incidência de doenças respiratórias comuns, ele também trouxe desafios significativos para os sistemas de saúde, que precisaram se adaptar à nova realidade imposta pela pandemia. Os hospitais e unidades de saúde foram sobrecarregados com o atendimento de pacientes com COVID-19, o que comprometeu a disponibilidade de recursos e a capacidade de atendimento para outras condições médicas, como as doenças respiratórias em crianças. Além disso, a escassez de pessoal médico, o aumento de infecções por COVID-19 e a limitação de recursos hospitalares afetaram negativamente a qualidade e a quantidade de cuidados prestados a pacientes com outras doenças, incluindo as infecções respiratórias (Siqueira *et al.*, 2023; Costa *et al.*, 2021).

Em 2021, os números de internações por faringite aguda e amigdalite aguda se mantiveram relativamente estáveis, com um total de 3.092 casos, refletindo um padrão de continuidade na situação observada no ano anterior. Esse comportamento pode ser explicado pela persistência das medidas de prevenção adotadas para conter a disseminação da COVID-19, como o distanciamento social, o uso de máscaras e a limitação de aglomerações. No entanto, também houve um processo gradual de distensão das atividades escolares e sociais, com a reabertura das escolas e o retorno das interações sociais em formato adaptado, como o ensino híbrido ou presencial com protocolos de segurança. Essa adaptação gradual ao contexto pandêmico e a retomada das atividades normais da sociedade resultaram em um cenário de transição, onde a população, incluindo as crianças, teve maior contato com ambientes coletivos e, conseqüentemente, com maior exposição a patógenos respiratórios. Embora o impacto da COVID-19 tenha diminuído em relação aos anos anteriores, as infecções respiratórias comuns continuaram a afetar um número significativo de crianças, o que ajudou a manter os índices de hospitalização em níveis elevados (Siqueira *et al.*, 2023; Costa *et al.*, 2021).

A Região Nordeste continuou liderando em termos de internações, com 1.297 casos, uma cifra que, embora representando uma queda em relação aos 3.101 casos de 2019, ainda demonstra a continuidade de desafios significativos para o enfrentamento das doenças respiratórias. A infraestrutura de saúde da região, ainda mais fragilizada por questões socioeconômicas e pela escassez de recursos médicos em diversas áreas,

pode ter contribuído para o aumento da busca por internações. Além disso, as condições de saneamento básico e a alta densidade populacional em algumas áreas ainda representam fatores que favorecem a disseminação de infecções respiratórias. A combinação desses elementos com a alta vulnerabilidade das crianças, especialmente em contextos de maior pobreza e menos acesso a cuidados médicos adequados, resultou em números elevados de internações (Garnelo *et al.*, 2018; Ejzenberg, 2005).

A Região Sudeste, com 646 internações, e a Região Norte, com 562, também apresentaram números consideráveis, o que pode ser atribuído à persistência das limitações no acesso ao cuidado médico adequado, mesmo em um cenário de pandemia que levou a uma reorganização dos serviços de saúde. A maior densidade populacional e a alta urbanização em algumas cidades dessas regiões facilitaram a propagação de infecções respiratórias, apesar das medidas de restrição. Além disso, a transição entre o pico da pandemia e a flexibilização das medidas de controle pode ter promovido uma recrudescência de doenças respiratórias, com o aumento das atividades escolares e a retomada das interações sociais, fatores que contribuem para a disseminação de agentes patogênicos como vírus respiratórios e bactérias (Oliveira *et al.*, 2023; Fracassi *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, o aumento da demanda por serviços de saúde à medida que as restrições foram sendo afrouxadas pode ter exercido uma pressão adicional sobre o sistema de saúde, comprometendo a capacidade de resposta para outras condições médicas além da COVID-19. Com a diminuição dos casos graves da doença causada pelo coronavírus, o foco da atenção se voltou para outras enfermidades, incluindo as infecções respiratórias em crianças, que precisaram ser tratadas em unidades de internação, ainda que em níveis mais baixos do que antes da pandemia. Nesse contexto, os sistemas de saúde, apesar de mais preparados para lidar com a situação, continuaram a enfrentar desafios em termos de recursos humanos, materiais e logísticos, o que contribuiu para a manutenção dos números de internações por faringite aguda e amigdalite aguda, embora em níveis inferiores aos de 2019 (Costa *et al.*, 2021).

Em 2022, os números de internações por faringite aguda e amigdalite aguda aumentaram significativamente, atingindo um total de 6.135 casos. Esse crescimento pode ser atribuído principalmente à reabertura das atividades escolares e sociais

presenciais, que proporcionaram maior contato entre as crianças, facilitando, assim, a circulação de agentes infecciosos respiratórios. Durante os anos anteriores, com a implementação de medidas de distanciamento social e o fechamento de escolas, as infecções respiratórias haviam sido reduzidas, mas com a volta às aulas e o retorno gradual das atividades sociais, houve uma intensificação da exposição das crianças a ambientes coletivos, como escolas, creches e espaços de lazer. Essa retomada das interações sociais e da mobilidade favoreceu a disseminação de vírus e bactérias, como o vírus sincicial respiratório e os estreptococos, agentes comuns de infecções respiratórias, resultando em um aumento nas hospitalizações (Siqueira et al., 2023; Fracassi et al., 2022).

A Região Nordeste continuou a liderar em número de internações, com 2.508 casos, um valor que, embora elevado, representa uma queda em relação ao pico de 2019. Esse aumento pode ser explicado, em parte, pela retomada das atividades presenciais em uma região que ainda enfrentava desafios significativos em termos de infraestrutura de saúde, acesso a serviços médicos e condições socioeconômicas. A alta densidade populacional e as condições precárias de saneamento básico em algumas áreas também favorecem a propagação de doenças respiratórias, o que contribui para o alto número de internações. As Regiões Sudeste (1.481) e Norte (865) também apresentaram números expressivos, refletindo, respectivamente, a alta concentração de população nas grandes cidades e os desafios persistentes de infraestrutura e acesso à saúde nas áreas mais periféricas dessas regiões. A retomada dos atendimentos médicos presenciais, que anteriormente estavam reduzidos ou até suspensos durante os períodos de pico da pandemia, também contribuiu para esse aumento. Muitas crianças, que não haviam procurado atendimento durante o isolamento social, passaram a buscar cuidados médicos com mais frequência à medida que os quadros de saúde se agravaram devido à demora no diagnóstico e tratamento, o que resultou em internações mais tardias e complicações (Oliveira *et al.*, 2023; Garnelo *et al.*, 2018; Nascimento *et al.*, 2017).

O aumento das internações em 2022 também pode ser atribuído ao fato de que a reabertura gradual dos serviços de saúde permitiu que as crianças com quadros respiratórios que não haviam sido tratados adequadamente durante o período de restrições voltassem a ser atendidas, o que gerou um acúmulo de casos e um aumento

na demanda por internamentos. Além disso, a própria reabertura das atividades presenciais, com a consequente suspensão das medidas de distanciamento social e outras políticas de prevenção, resultou na intensificação da transmissão de infecções respiratórias. O contato social frequente entre as crianças, associado ao menor uso de medidas preventivas, como o uso de máscaras, contribuiu diretamente para o aumento das infecções respiratórias comuns, refletindo-se em maior demanda pelos serviços de saúde (Fracassi *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2017).

Em 2023, o número total de internações por faringite aguda e amigdalite aguda foi de 6.510, representando uma estabilidade em relação ao ano anterior. Esse padrão sugere que, embora o Brasil tenha experimentado uma recuperação gradual das condições de saúde e a normalização das atividades sociais e educacionais, o país ainda enfrenta desafios significativos no controle da incidência de doenças respiratórias, especialmente nas regiões mais vulneráveis. A Região Nordeste continuou a apresentar o maior número de internações, com 2.892 casos, seguida pela Região Norte (1.045) e pela Região Sudeste (1.274). Esse cenário pode refletir as disparidades regionais em termos de acesso a serviços de saúde de qualidade, infraestrutura médica e condições socioeconômicas. Regiões como a Nordeste e a Norte enfrentam dificuldades estruturais persistentes, que incluem a falta de acesso a cuidados médicos adequados e limitações no acesso a serviços preventivos e de emergência. Isso contribui para o maior número de internações em comparação com outras regiões, onde as condições de saúde pública são relativamente melhores (Garnelo *et al.*, 2018).

A estabilidade nos números de internações em 2023 pode ser explicada por um cenário de adaptação ao "novo normal", em que a população infantil passou a conviver com as condições pré-pandemia, mas ainda com a necessidade urgente de fortalecer as ações preventivas para evitar o aumento de hospitalizações. Nesse contexto, as crianças começaram a retornar às suas rotinas cotidianas, incluindo a reabertura das escolas e o aumento da interação social, fatores que promovem o contato com agentes infecciosos respiratórios, como bactérias e vírus. Esse aumento da exposição a patógenos, aliado à suspensão de medidas de prevenção como o distanciamento social e o uso de máscaras, contribuiu para a manutenção das infecções respiratórias comuns, como a faringite e a amigdalite, em níveis relativamente altos. A convivência social das crianças, somada à necessidade de uma adaptação a um ambiente sem as restrições de segurança que

vigoraram durante a pandemia, aumentou a circulação de patógenos e, consequentemente, as hospitalizações (Oliveira *et al.*, 2023; Ejzenberg, 2005).

Embora o Brasil tenha avançado na vacinação contra doenças respiratórias e outras enfermidades preveníveis, ainda existem desafios consideráveis na cobertura vacinal, especialmente em regiões mais afastadas e com populações mais vulneráveis. A falta de acesso universal e igualitário à vacinação e ao tratamento médico adequado é um dos principais fatores que contribuem para a persistência dessas infecções respiratórias, que ainda impactam o sistema de saúde do país. A vacinação infantil, embora tenha avançado em várias regiões, não atingiu a cobertura necessária para controlar completamente a propagação de doenças respiratórias. Além disso, a resistência a vacinas e a desinformação continuam sendo obstáculos significativos na luta contra doenças preveníveis. A melhoria na cobertura vacinal, associada ao aumento do acesso ao tratamento e à reabilitação da infraestrutura de saúde, é crucial para reduzir a carga de doenças respiratórias e minimizar o impacto das hospitalizações (Garnelo *et al.*, 2018).

Por fim, ao analisar o total acumulado de internações entre 2019 e 2023, observa-se que a Região Nordeste foi a mais afetada, com 11.023 internações, seguida pela Região Sudeste (5.693) e pela Região Norte (4.016). Esses dados reforçam as desigualdades regionais em termos de morbidade e internações, o que destaca a importância de se implementar políticas públicas que considerem as especificidades de cada região. Dessa forma, é possível direcionar recursos e estratégias para melhorar o acesso ao tratamento, reduzir as desigualdades no atendimento e, sobretudo, prevenir as complicações associadas a doenças respiratórias em crianças. É imprescindível que o Brasil invista em ações de promoção da saúde e na melhoria da qualidade dos serviços de saúde, especialmente nas regiões mais afetadas, para garantir o bem-estar das crianças e reduzir as hospitalizações por faringite aguda e amigdalite aguda (Garnelo *et al.*, 2018).

#### 4 CONCLUSÃO

Portanto, a análise das internações por faringite aguda e amigdalite aguda em crianças de até 9 anos no Brasil, entre 2019 e 2023, revela não apenas o impacto da

pandemia de COVID-19, mas também padrões regionais e etários que exigem atenção contínua. Os dados indicam que, em 2019, antes da pandemia, as taxas de internação foram mais altas, com destaque para as regiões Nordeste e Norte, que, em anos subsequentes, continuaram a registrar os maiores números de hospitalizações, refletindo desigualdades no acesso à saúde e na infraestrutura médica. Durante a pandemia, os números de internação caíram significativamente em 2020, especialmente devido às medidas de distanciamento social e à redução das atividades escolares, o que impactou diretamente a circulação de patógenos. No entanto, a partir de 2021, com a reabertura gradual das atividades, as internações começaram a aumentar novamente, especialmente entre as crianças mais jovens, com maiores taxas de hospitalização entre aquelas de 1 a 4 anos, devido à maior vulnerabilidade imunológica dessa faixa etária. A Região Nordeste continuou liderando os números de hospitalizações, com uma recuperação mais lenta no acesso a cuidados médicos adequados. Já em 2023, os números se estabilizaram em 6.510 internações, com um cenário de adaptação ao "novo normal", mas ainda com desafios persistentes nas regiões mais afetadas. Nesse contexto, é fundamental que o Brasil invista em estratégias de saúde pública que priorizem a prevenção, ampliação da cobertura vacinal, o fortalecimento da atenção básica e políticas regionais específicas para enfrentar as desigualdades de saúde, com foco nas faixas etárias mais vulneráveis e nas regiões com maior incidência de hospitalizações.

## 5 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Anna Maria Andrade; CARDOSO, Carla de Oliveira. Amigdalite Estreptocócica: Protocolo de investigação e tratamento / Streptococcal Amygdalitis: Investigation and Treatment Protocol. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 14951–14957, 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dados de morbidade hospitalar. **Sistema de Informações Hospitalares do SUS**. Disponível em: <https://www.datasus.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2024.
- COSTA, Danielle Conte Alves Riani; BAHIA, Ligia; CARVALHO, Elza Maria Cristina Laurentino de; et al. Oferta pública e privada de leitos e acesso aos cuidados à saúde na pandemia de Covid-19 no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 232–247, 2021.
- EJZENBERG, Bernardo. A conduta frente ao paciente com faringite aguda. **Jornal de Pediatria**, v. 81, p. 1–2, 2005.
- FRACASSI, Bruno; TADINE, Rodrigo Martins; REZENDE, Janaina Drawanz Pereira; et al. Infecção de Vias Aéreas Superiores em crianças - atualização de tratamento. **Revista REVOLUA**, v. 1, n. 2, p. 185–208, 2022.
- GARNELO, Luiza; LIMA, Juliana Gagno; ROCHA, Esron Soares Carvalho; et al. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. **Saúde**

em *Debate*, v. 42, p. 81–99, 2018.

NABARRO, Laura E.; BROWN, Colin S.; BALASEGARAM, Sooria; et al. Invasive Group A Streptococcus Outbreaks Associated with Home Healthcare, England, 2018–2019. *Emerging Infectious Diseases*, v. 28, n. 5, 2022. Disponível em: [https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/28/5/21-1497\\_article.htm](https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/28/5/21-1497_article.htm). Acesso em: 27 ago. 2024.

NASCIMENTO, Antônio Paula; SANTOS, Jane Meri; MILL, José Geraldo; et al. Associação entre concentração de partículas finas na atmosfera e doenças respiratórias agudas em crianças. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/DM6F6tP3Scv3twmZzcYfxdj/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2024.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Souza de; SACILLOTTO, Guilherme Hirassawa; NEVES, Manuela Francisco Balthazar; et al. Prevalência, desfechos e preditores de infecções nosocomiais do trato respiratório inferior multirresistentes em pacientes em uma UTI. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 49, p. e20220235, 2023.

SIQUEIRA, Pedro Henrique Gouvea; NUNES, Julia Ribeiro da Silva; BARBOSA, Manoella Alves; et al. Análise dos casos de síndrome respiratória aguda grave na faixa pediátrica segundo variáveis sociodemográficas e fatores de risco na região Sudeste segundo o desfecho de evolução do caso (cura ou óbito) em 2021 e 2022: um estudo transversal. *The Brazilian Journal of Infectious Diseases*, v. 27, p. 102888, 2023.

SOUZA, Elaine Carvalho de; DINIZ, Bruna Campos Albergaria; SOUZA, Ramon Barcelos de; et al. Análise epidemiológica das internações por faringite aguda e amigdalite aguda no Brasil, entre 2019 e 2023. *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, v. 3, n. 2, p. 1620–1633, 2024.

SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de; ARAÚJO, Amanda Miranda Brito; SANDES, Luiza Fernandes Fonseca; et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Revista CEFAC*, v. 19, p. 395–405, 2017.